

12. EMPREITADA "COMPLEXO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DA RODOVIA – REQUALIFICAÇÃO DOS BALNEÁRIOS E CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE APOIO (CPE.2.18.DMOSM):

Da **DMOSM** submetendo o processo mencionado em epígrafe, cuja informação técnica se anexa, relativa à Prorrogação de Prazo de Execução da Obra.

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL:

Remete-se ao Sr. Presidente para decisão

A Diretora da DMOSM,


(Alzira Torres)

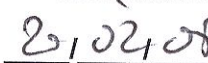
2020/02/04

Despacho:



O Presidente,


(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)



Empreitada: COMPLEXO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DA RODOVIA – REQUALIFICAÇÃO DOS BALNEÁRIOS E CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE APOIO (REF. CPE.2.18.DMOSM)

Assunto: Aprovação da prorrogação do prazo de execução de obra

Exm.º Senhor Presidente

Câmara Municipal de Braga,

Através do requerimento de 6/01/2020, que se encontra em anexo, a Entidade Executante da empreitada referida em epígrafe, DGPW, S.A., vem solicitar uma prorrogação de prazo de execução da obra até 31/05/2020.

De acordo com o parecer técnico que se encontra em anexo, com o qual concordo, tendo em conta as contingências do projeto, propõe-se:

- i. o indeferimento formal do pedido de prorrogação de prazo até 31/05/2020 e o plano de trabalhos que o acompanhou;
- ii. o deferimento de uma prorrogação do prazo por 145 dias, com data de conclusão do contrato de empreitada prevista para 17/02/2020;



BRAGA
Município

DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

- iii. notificação à Entidade Executante do teor da informação anexa, e para apresentação de plano de trabalhos ajustado ao prazo aprovado.

Alzira Torres

Relatório do Documento interno n.º 3634 de 03/02/2020

DOCUMENTO Nº

REMETENTE FUNC.: LUIS MANUEL FARIA BORGES ALMEIDA

DATA 00/00/0000

TIPO DE DOCUMENTO INFORMAÇÃO DE CARÁCTER TÉCNICO

REFERÊNCIA

LIVRO DE REGISTO LIVRO DE CORRESPONDÊNCIA

REGISTADO: luis.almeida

ATUALIZADO: luis.almeida

ASSUNTO

Empreitada: COMPLEXO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DA RODOVIA – REQUALIFICAÇÃO DOS BALNEÁRIOS E CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE APOIO (REF. CPE.2.18.DMOSM)

Pedido de prorrogação do prazo até 31/05/2020 – Indeferimento. Aprovação do prazo de prorrogação até 17/02/2020.

Detalhes do Documento

1. Original

Enviado para Serv: DMOSM - DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNI

PROCESSO N.º 2018/300.10.001/59

CLASSIFICAÇÃO 300.10.001 - Contratação de empreitadas de obras públicas

OBSERVAÇÕES

Movimentos

(3) Movimentado no dia 04/02/2020 09:06 para Serv: DMOSM - DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNI

Efetuada por Func.: 1350 - Gaspar Antonio Sampaio Silva(gaspar.silva)

Motivo: À Sr.ª Eng.ª Diretora. De enviar para autorização superior.

(2) Movimentado no dia 04/02/2020 08:59 para Func.: Gaspar Antonio Sampaio Silva

Efetuada por Func.: 5491 - Ana Maria Ribeiro Martins(ana.martins)

Motivo: Para remeter para aprovação superior:

- o Indeferimento formal do pedido de prorrogação de prazo até 31/05/2020 e o plano de trabalhos que o acompanhou;

- o deferimento de uma prorrogação do prazo por 145 dias, com data de conclusão do contrato de empreitada prevista para 17/02/2020.

De seguida deverá ser notificada a EE do teor da informação anexa e para apresentação de plano de trabalhos ajustado ao prazo aprovado.

(1) Movimentado no dia 03/02/2020 17:54 para Func.: Ana Maria Ribeiro Martins

Efetuada por Func.: 862 - Luis Manuel Faria Borges Almeida(luis.almeida)

Motivo: Registo original

Anexos do documento

Tipo doc.: Informação de carácter técnico | Ref.: CPE.2.18.DMOSM | Data: 03/02/2020 | Observações: Plano de trabalhos EE

Tipo doc.: Informação de carácter técnico | Ref.: CPE.2.18.DMOSM | Data: 03/02/2020 | Observações: Pedido de prorrogação do prazo - 31/05/2020

Tipo doc.: Informação de carácter técnico | Ref.: CPE.2.18.DMOSM | Data: 03/02/2020 | Observações: Registo factos relevantes

Documentos do Processo

Entrada n.º 36098 do dia 04/06/2018

Remetente: Ext.: DGPW SA NIF: 509161243

Livro de registo: Livro de Correspondência

Tipo documento: Documentos Instrutórios

Entrada n.º 46060 do dia 27/07/2018

Remetente: Ext.: TRIBUNAL DE CONTAS - Direção Geral

Livro de registo: Livro de Correspondência

Tipo documento: Correspondência

Entrada n.º 50136 do dia 04/09/2018

Remetente: Ext.: TRIBUNAL DE CONTAS - Direção Geral

Livro de registo: Livro de Correspondência

Tipo documento: Correspondência

Relatório do Documento interno n.º 3634 de 03/02/2020

Documentos do Processo

Entrada n.º 45636 do dia 26/07/2018

Remetente: Ext.: Tribunal De Contas NIF: 600018709
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Correspondência

Entrada n.º 16811 do dia 25/03/2019

Remetente: Ext.: Bruno Paraizo dos Santos
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Documentos instrutórios

Entrada n.º 17162 do dia 27/03/2019

Remetente: Ext.: DGPW SA NIF: 509161243
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Pedido

Remetente: Ext.: DGPW SA NIF: 509161243
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Pedido

Entrada n.º 30103 do dia 27/05/2019

Remetente: Ext.: DGPW SA NIF: 509161243
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Pedido

Entrada n.º 50136 do dia 04/09/2018

Remetente: Ext.: TRIBUNAL DE CONTAS - Direção Geral
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Correspondência

Interno n.º 4 do dia 02/03/2018

Remetente: Func.: Nuno Jose Macedo Azevedo
Livro de registo: Livro Aviso
Tipo documento: Diversos

Interno n.º 25799 do dia 13/08/2018

Remetente: Func.: Maria Manuela Alves Oliveira Araujo
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Diversos

Interno n.º 29271 do dia 21/09/2018

Remetente: Func.: Luis Manuel Faria Borges Almeida
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Diversos

Interno n.º 31108 do dia 09/10/2018

Remetente: Func.: Luis Manuel Faria Borges Almeida
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Informação

Remetente: Func.: Luis Manuel Faria Borges Almeida
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Informação

Interno n.º 31553 do dia 12/10/2018

Remetente: Func.: Luis Miguel Ferreira Rodrigues
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Parecer

Interno n.º 32715 do dia 22/10/2018

Remetente: Func.: Luis Manuel Faria Borges Almeida
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Diversos

Relatório do Documento interno n.º 3634 de 03/02/2020

Documentos do Processo

Entrada n.º 45636 do dia 26/07/2018

Remetente: Ext.: Tribunal De Contas NIF: 600018709
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Correspondência

Entrada n.º 16811 do dia 25/03/2019

Remetente: Ext.: Bruno Paraizo dos Santos
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Documentos Instrutórios

Entrada n.º 17162 do dia 27/03/2019

Remetente: Ext.: DGPW SA NIF: 509161243
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Pedido

Remetente: Ext.: DGPW SA NIF: 509161243
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Pedido

Entrada n.º 30103 do dia 27/05/2019

Remetente: Ext.: DGPW SA NIF: 509161243
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Pedido

Entrada n.º 50136 do dia 04/09/2018

Remetente: Ext.: TRIBUNAL DE CONTAS - Direção Geral
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Correspondência

Interno n.º 4 do dia 02/03/2018

Remetente: Func.: Nuno Jose Macedo Azevedo
Livro de registo: Livro Aviso
Tipo documento: Diversos

Interno n.º 25799 do dia 13/08/2018

Remetente: Func.: Maria Manuela Alves Oliveira Araujo
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Diversos

Interno n.º 29271 do dia 21/09/2018

Remetente: Func.: Luis Manuel Faria Borges Almeida
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Diversos

Interno n.º 31108 do dia 09/10/2018

Remetente: Func.: Luis Manuel Faria Borges Almeida
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Informação

Remetente: Func.: Luis Manuel Faria Borges Almeida
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Informação

Interno n.º 31553 do dia 12/10/2018

Remetente: Func.: Luis Miguel Ferreira Rodrigues
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Parecer

Interno n.º 32715 do dia 22/10/2018

Remetente: Func.: Luis Manuel Faria Borges Almeida
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Diversos

PROCESSO: 2018/300.10.001/59

Nº Informação: 3634

Data: 03/02/2020

Assunto:

Empreitada: COMPLEXO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DA RODOVIA – REQUALIFICAÇÃO DOS BALNEÁRIOS E CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE APOIO (REF. CPE.2.18.DMOSM)

Empreiteiro: DGPW, S.A.

Pedido de prorrogação do prazo até 31/05/2020 – indeferimento. Aprovação do prazo de prorrogação até **17/02/2020**.

Relativamente ao pedido de prorrogação do prazo de execução até 31/05/2020, solicitado pela Entidade Executante (EE) suprarreferida na sua missiva datada de 06/01/2020, em anexo, que nos mereceu toda a atenção, pretende a Direção de Fiscalização (DF) tecer as seguintes considerações:

1. Em resposta ao "Plano de Trabalho Ajustado" (de 06/01/2020) que acompanhou o seu documento atrás referido, o qual apresenta como data de conclusão o dia 31/05/2020, desde já se esclarece que, o mesmo foi indeferido de seguida via e-mail de 13/01/2020 pela DF, para todos os efeitos e consequências legais, uma vez que, após notificação pelo empreiteiro o plano de trabalhos ajustado carece de aprovação pelo dono da obra, no prazo de cinco dias, equivalendo o silêncio a aceitação.
2. Como é do conhecimento o prazo de execução da empreitada é de **250 dias**, tendo o auto de consignação a data de **20/09/2018**. Ou seja, a data de conclusão prevista inicialmente seria a **28/05/2019**.
3. É do conhecimento da EE que foi efetuada uma aprovação parcial do PSS em 19/09/2018 que permitiu desenvolver todos os trabalhos preparatórios de implantação do estaleiro logo após a consignação. A data estabelecida para início dos trabalhos permitiria à Entidade Adjudicante (EA) honrar os seus compromissos para a época balnear de 2019. No entanto, a aprovação total do PSS foi concluída apenas a **23/10/2018**, pelo que imputamos à EE o atraso resultante na sua aprovação (33 dias, quadro de apoio em anexo) impedindo, assim, o desenvolvimento normal das atividades programadas no Plano de Trabalhos ajustado à data de consignação atrás referida.
4. Porém, é igualmente sabido que na sequência do 1.º auto de suspensão parcial de trabalhos datado de 10/10/2018 (ID3 e ID4 – quadro anexo) e pelos factos aí expressos (1. Necessidade de revisão integral dos projetos das redes de águas residuais, pluviais e domésticas; 2. Impossibilidade de intervir nas redes de infraestruturas hidráulicas existentes sem desativar os balneários, uma vez que a alternativa de utilização de contentores, conforme decisão superior, não foi concluída/efetivada; 3. Reformulação do projeto de fundações da estrutura do novo corredor que confina com os balneários a remodelar) implicou um impacto no prazo da empreitada, dos quais 79 dias foram imputados à EA e 33 dias da responsabilidade da Entidade Executante (EE), arrastando a data de conclusão, após reinício dos trabalhos, para 05/12/2019.



5. Mais, na sequência da existência de trabalhos complementares (na modalidade de erros e omissões e trabalhos a mais) foram celebrados dois adicionais ao contrato, nas seguintes datas, 15/04/2019 e 12/06/2019. Todavia, após devida formalização (aceitação e aprovação pelo Dono de Obra) e ainda em período anterior às datas efetivamente celebrados os respetivos contratos, a DF informou disso mesmo a EE permitindo-se a sua execução, nos termos do artigo 371.º/1, do CCP. Ver comunicações via e-mail de 01/03/2019 e 15/05/2019. Pelo que, discordamos da necessidade absoluta da celebração do contrato para início dos trabalhos objeto desse contrato. E, em boa verdade, tal não ocorreu.
6. Ainda que, por mera hipótese, se aceitasse como datas efetivas de início para execução dos mesmos as datas da celebração desses contratos, de acordo com sua argumentação descrita no ponto 24 da sua missiva e respetivo quadro anexo, adicionando-se todos os prazos que anunciam como impacto no prazo da empreitada, a **zona de intervenção/corpo A (balneários)**, com um prazo de execução de 122 dias, deveria ter sido concluída a **12/10/2019** (ver demonstração no nosso quadro anexo). Facto que não ocorreu, de acordo com a sua comunicação de **13/12/2019**, que assinala esta data como o término desta zona de intervenção (62 dias de atraso, ID10).
7. Idêntico raciocínio se esquematiza no quadro anexo para as restantes zonas de intervenção, corpo B/ténis e corpo C/edifício de apoio.
8. Assim, para o **corpo B/ténis**, incluindo todas as vicissitudes que descrevem, tendo o seu início sido antecipado, por sua iniciativa, em 18/11/2018 (previsto em PT para o dia 05/12/2018) o mesmo deveria ter sido concluído em **11/07/2019** (ver demonstração no nosso quadro anexo). Facto é que na presente data se pode verificar na situação de, injustificadamente, **por concluir**.
9. Quanto à zona de intervenção/corpo C (edifício de apoio), e o mesmo raciocínio adotado anteriormente, ou seja, considerando-se o início dos trabalhos, condicionados pela celebração do contrato relativo ao 2.º adicional, na sua data efetiva de celebração do mesmo, **12/06/2019**, implicará impreterivelmente como data de conclusão o dia **17/02/2020**. Apesar de estes trabalhos terem sido formalizados em data anterior, ou seja, efetuada comunicação de aceitação e aprovação pelo Dono de Obra em 15/05/2019.
10. Concluindo, de todas as vicissitudes que descreveram e adicionados os respetivos impactos no prazo da empreitada, sendo estes aceites pela EA como integralmente válidos, a prorrogação de prazo a deferir implicaria como data de conclusão, o dia **17/02/2020 (mais 145 dias)** e nunca a data por eles solicitada, em 31/05/2020 (mais 249 dias).

Quanto a parte da restante factualidade apresentada no quadro inscrito no ponto 17 e que adiante a DF refuta, contrapõe-se o seguinte:

11. Do **"Aparecimento de conduta/canal de águas pluviais (não cadastrada nem referenciada) que vem do lado da rodovia e atravessa o campo de ténis n.º 1 e o Edifício C"**, constrangimento registado em **26/03/2019**, como afirmam e bem *"estando esta situação a impedir a execução dos trabalhos, a DG executou*





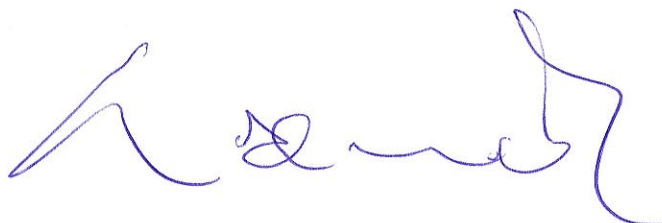
- uma ligação provisória por forma a poder continuar os trabalhos". Esta ligação provisória (ainda que precária, porque, não definitiva) foi efetuada de acordo com o vosso planeamento dos trabalhos na zona em questão, podendo e devendo ser efetuada em qualquer altura que vos fosse mais conveniente e compatibilizado com as atividades naquele momento em curso. E assim sucedeu.*
12. Ou seja, como é do conhecimento da EE, o desvio definitivo desta rede de águas pluviais não cadastrada, pela sua extensão e dimensão, implicaria como veio a suceder, à elaboração de um projeto de execução e caderno de encargos cuja estimativa orçamental excederia o limite percentual legalmente estabelecido para os trabalhos complementares previstos no artigo 370.º/2/b/c, do CCP. Uma vez que a DF entendeu que os mesmos resultariam de circunstâncias não previstas, não sendo, portanto, enquadráveis no presente contrato, os mesmos seriam alvo de um procedimento autónomo.
 13. Acrescenta-se ainda que, a conclusão e decisão final dos termos e condições a que obedeceu a execução dos trabalhos complementares apresentados para 2.º adicional foi a **11/04/2019**, deixando estes e os outros por estes condicionados, com frente totalmente livre. Portanto, posteriormente àquela data (de 26/03/2019) e onde foi **acordado o prazo de execução de 5 dias** inserto no contrato celebrado pela EE a 12/06/2019. Depois de todas aquelas "*concretas vicissitudes enfrentadas*" e agora narradas pela EE na sua missiva, a existirem condicionantes não resolvidas, sempre poderia discordar daquele prazo formulando as devidas reservas de direito. O acordo de 5 dias de prazo foi efetivamente efetuado na "*boa-fé e dentro dos mais elementares princípios que devem nortear a atividade administrativa*", como tão bem é afirmado pela EE.
 14. Em rigor, todos os constrangimentos foram devidamente analisados pela EE nesse instante, resultando num **novo plano de trabalhos ajustado com data final para 25/09/2019**, onde incluiu uma prorrogação total de prazo de 120 dias sabendo-se das "*concretas vicissitudes*" até então surgidas, mas agora tardiamente reclamadas, porque convenientes.
 15. Isto é, a EE naquela data acreditava e fez convencer a EA como sendo perfeitamente exequível o PT que apresentou como data de conclusão o dia 25/09/2019, subscrevendo, em consciência, o segundo adicional ao contrato, sem mais.
 16. Do "***aparecimento de conduta de águas residuais (não cadastradas nem referenciada) a atravessar o Edifício C***", constrangimento registado no dia 04/04/2019, tendo a EE executado o respetivo desvio. Não obstante a EE ter executado estes trabalhos com materiais não aprovados pela DF (já que foram utilizados materiais não aceitáveis pela AGERE), bem como, o seu traçado e cotas respetivas, ou seja, sem o seu conhecimento, a DF entendeu validar a sua execução nos termos do artigo 378.º/4, do CCP – trabalhos complementares da responsabilidade da EE.
 17. Dos "***betumes do edifício A***", registado em 10/05/2019, descabida a tentativa de responsabilizar a Coordenadora do Projeto sobre materiais apresentados pela EE e que não mereceram a sua aprovação, a qual colaborou sugerindo nova solução com um novo tipo e marca de betume a aplicar. Mais nada a acrescentar.

18. De notar que, quer no ponto anterior, 17, quer no ponto 16, quanto às datas aí identificadas e referenciadas, o mesmo nosso entendimento expresso em 14 e 15, se aplica.
19. Da **"Impermeabilização do Muro Edifício C"**, se esclarece como sendo um trabalho absolutamente necessário ter sido repetido. Esta atividade estava prevista no caderno de encargos e como é do conhecimento da Diretora de Obra foi mal executado tendo sido repetida a sua execução. As consequências e seus danos atribuímos à EE. Mais nada a acrescentar.
20. Quanto à questão dos torniquetes não o entendemos como um constrangimento já que os mesmos foram suprimidos do contrato, logo após da submissão, formalização à EA do respetivo boletim de aprovação de materiais em 25/10/2019, acrescenta-se, tardia. A DF informou da pretensão da EA de suprimir os torniquetes da empreitada por incompatibilidade com o sistema de gestão de acessos em implementação pelo Município. Foram efetuados apenas ajustes aos negativos colocados nos pavimentos para futura colocação destes, sem quaisquer problemas e com a total colaboração da EE. Até à presente data os trabalhos subsequentes encontram-se parados, injustificadamente.
21. Idem, quanto ao estudo luminotécnico, o qual não passa de um documento de trabalho, preparação de obra, com o objetivo de com as entidades envolvidas (EE, DF e Projetista) se evitar erros, cujos procedimentos acompanham a evolução do planeamento e atividades implementadas pela EE, de acordo com o seu desenvolvimento de obra. Na verdade, o documento foi submetido perto do período de Natal e aprovado depois deste, com entidades terceiras em período de férias. Reforça-se que, até à presente data e apesar de ter sido aprovado o mesmo foi inconsequente já que a EE não desenvolveu qualquer atividade relacionada. Mais, não tendo igualmente procedido à colocação das caixilharias que permitiria o "fecho" da obra, permitindo a execução das demais atividades pendentes, tais como, rebocos, cerâmicos, tetos falsos (iniciados e interrompidos injustificadamente), etc. Para além da submissão tardia dos respetivos boletins de aprovação de materiais correspondentes (BAME), como facilmente se poderá comprovar.
22. De registar que, a EA não formalizou nem instruiu a EE para a execução de quaisquer trabalhos que agora reclama nas suas comunicações de 23/12/2019 e 08/01/2020, tais como:
23. As alterações ao projeto de arquitetura impostas pela Delegação de Saúde, na zona do armazém e para os quais a DF deu conhecimento à EE através do e-mail de 10/09/2019, incluindo o respetivo suporte informático em anexo, para análise e verificação de possibilidade da sua execução garantindo-se o equilíbrio financeiro do contrato. Esclarece-se que foram efetuadas reuniões específicas resultando na decisão da DF de informar a EE para a necessidade de suprimir estes trabalhos, não condicionando os demais contratados.
24. Idêntico procedimento foi adotado quanto às loiças sanitárias e junta de dilatação, resultando estes em melhorias, alterações ao projeto de arquitetura, para os quais pretende a EA avançar com o respetivo procedimento concursal, não impeditivo de qualquer trabalho contratado.
25. Retirando-se aqueles trabalhos do contrato de empreitada (ponto 23), deixarão, obviamente, de existir os constrangimentos que a EE ora reclama, resultando ainda num menor prazo ainda não quantificado.



26. Estranha-se ainda (ou não) que a EE tenha insistentemente nas últimas comunicações, via e-mail (ponto 22), manifestando uma dupla posição, ao forçar o enquadramento de tais atividades em trabalhos complementares, sabendo ela da inexistência de qualquer formalização para o efeito, aliás em total contradição com o que afirma no ponto 24 da sua missiva, que o empreiteiro dispõe de título contratual para iniciar a sua execução, **"só após a formalização dos trabalhos complementares"**. Ora, tal nunca ocorreu nem pretende a EA que ocorra, conforme reiteradamente o já informou (comunicações de 18/11/2019 e 02/01/2020).
27. Em suma, do direito à prorrogação do prazo, solicitado pela EE por mais 249 dias (até 31/05/2020), e pelos factos atrás expostos, entende-se que o mesmo merece da EA, **o indeferimento**, rejeitando-se formalmente o plano de trabalhos que acompanhou o pedido de prorrogação.
28. Porém, considerando como válidos os argumentos apresentados pela EE os quais resultaram nas condicionantes e impactos no prazo da empreitada apresentadas no nosso quadro anexo, entende-se de **aprovar um deferimento de uma prorrogação do prazo por mais 145 dias**, consequentemente a data de conclusão do presente contrato de empreitada, seria o dia **17/02/2020**.
29. Igualmente, que se notifique a EE, para a apresentação de um plano de trabalhos ajustado ao prazo indicado no ponto anterior.

À consideração superior,



Utilizador: Luís Manuel Faria Borges de Almeida

Data auto de consignação:

20/09/2018

Prazo contratual da empreitada (dias):

250

120

28/05/2019

31/05/2020

25/05/2019

249

QUADRO DE DATAS DE REFERÊNCIA RELEVANTES							QUADRO DE APOIO									
ID	Descrição	Intervalo de tempo considerado (dias)	Data de referência inicial	Data de referência final	Descrição	Observações	Intervalo de tempo considerado (dias)	Data de referência inicial	Data de referência final	Responsabilidades da EE a considerar (dias)	Responsabilidades da EA a considerar (dias)					
1	PSS/aprovação parcial	0	19/09/2018	20/09/2018	Data auto de consignação	A aprovação parcial permitiu arrancar com os trabalhos preparatórios para Implantação do estaleiro. Aguarda-se a aprovação final do PSS, o qual dependerá da entrega atempada dos elementos necessários para a sua aprovação por parte do dono da obra. Considerado da responsabilidade da EE o respetivo atraso.	250	20/09/2018	28/05/2019							
2	PSS/aprovação total	-33	23/10/2018	20/09/2018	Data auto de consignação	Início de obra adiada em 33 dias efetivos, relativamente à data de consignação. Atraso a imputar à EE.										
3	1.ª Suspensão parcial de trabalhos	92	10/10/2018	10/01/2019	data do auto de reinício dos trabalhos	Atividades suspensas com suspensão parcial formalizado de 92 dias.						93	23/10/2018	02/08/2019	33	0
4	1.ª Suspensão parcial de trabalhos	79	23/10/2018	10/01/2019	data do auto de reinício dos trabalhos	Atividades suspensas, prazo efetivo. Relacionada com a data efetiva de início dos trabalhos, ou seja, com a data de aprovação final do PSS em 23/10/2018.										
5	Início e fim previsto corpo A/balneários - PTajustado	122	20/09/2018	20/01/2019		De acordo com PT ajustado, inicial. Prazo de execução para o corpo A/balneários.	79 + 250	10/01/2019	05/12/2019	0	79					
6	Início efetivo corpo A/balneários - PTajustado. Data fim prevista	122	10/01/2019	12/05/2019		Considerando o seu início na data do auto de reinício dos trabalhos parcialmente suspensos.	327	20/01/2019	13/12/2019	248	79					
7	Início efetivo após formalização do 1.º AD, corpo A/balneários - PTajustado	122	01/03/2019	01/07/2019		Considerando o seu início na data da comunicação à EE, via e-mail de 01/03/2019, que foram autorizados e aprovados pelo Dono da Obra.										
8	Início efetivo após contratualização (posição da EE) do 1.º AD, corpo A/balneários - PTajustado	122	15/04/2019	15/08/2019		Considerando o seu início na data entendida como válida pela EE na sua missiva de 06/01/2020 (data de celebração do contrato), apesar do atraso na celebração do contrato ser imputado à EE que solicita prorrogação do prazo para entrega da caução legalmente exigida para o efeito.					207					
9	Início efetivo após contratualização (posição da EE) do 2.º AD, corpo A/balneários - PTajustado	122+5	15/04/2019	20/08/2019		Considerando o seu início na data entendida como válida pela EE na sua missiva de 06/01/2020 (data de celebração do contrato). Impacto reduzido.	127	05/02/2019	12/06/2019		5					
10	Início efetivo após contratualização (posição da EE) do 2.º AD, corpo A/balneários - PTajustado	122 + 58	15/04/2019	12/10/2019	e-mail/EE de 13/12/2019: Corpo A concluído, apenas na data de 13/12/2019.	Considerando o seu início na data entendida como válida pela EE na sua missiva de 06/01/2020 (data de celebração do contrato), bem como o impacto que a EE considera existir pela necessidade de formalização expressa dos mesmos.	58	15/04/2019	12/06/2019	62	58					
11	Início previsto corpo B/CamposTénis - PTajustado	171	05/12/2018	25/05/2019		De acordo com PT ajustado, inicial.	62	12/10/2019	13/12/2019	62						
12	Início efetivo corpo B/CamposTénis - PTajustado	171 + 64	18/11/2018	11/07/2019		A EE considerou a existência de condições para antecipar o início dos trabalhos na zona B/ténis (e-mail de 19/11/2018). Foi adicionado o impacto do constrangimento na duração do prazo parcial atribuído ao corpo B.	226	25/05/2019	06/01/2020	162	64					
13					13/12/2019	Considerando o início a 05/12/2018 (ID11)	64	28/11/2018	31/01/2019		64					
14	Início previsto corpo C/EdfApoio - PTajustado	250	17/09/2018	25/05/2019		De acordo com PT ajustado, inicial.	414	18/11/2018	06/01/2020	350	64					
15	Início efetivo corpo C/EdfApoio - PTajustado. Data fim prevista.	250	12/06/2019	17/02/2020		Considerando o seu início na data entendida como válida pela EE na sua missiva de 06/01/2020 (data de celebração do contrato, 2.º AD), bem como o impacto que a EE considera existir. (Os trabalhos suspensos serão suprimidos a 21/01/2020).	326	25/05/2019	15/04/2020	326						
16	Início efetivo corpo C/EdfApoio - PTajustado. Data fim prevista.	250	12/06/2019	17/02/2020		Os trabalhos suspensos serão suprimidos a 21/01/2020. A Esta data não existem trabalhos condicionantes. Assim, foi considerada a data de 21/01/2020 como a data de eliminação dos fatores que determinaram a suspensão parcial.	111	21/02/2019	12/06/2019		111					
							0	17/02/2020	17/02/2020		43					

Prorrogação de prazo total considerada:
Prorrogação de prazo total solicitada:

145 +120 = 265 dias
249 +120 = 369 dias

Nota: A data de 21/02/2019 corresponde ao BPE08 (ID35)